



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682548 - SP (2021/0233492-8)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO VINICIUS STOPPA CARVALHO - SP320632
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FLAVIO CLEMENTINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FLAVIO CLEMENTINO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0003448-94.2020.8.26.0158).

O paciente cumpre pena privativa de liberdade em regime semiaberto e obteve a progressão para o regime aberto.

O Ministério Público interpôs agravo em execução, que foi provido para determinar a recondução do paciente ao regime prisional fechado a fim de ser submetido ao exame criminológico.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, aduzindo que não teria sido apresentada fundamentação idônea a justificar a necessidade de realização do referido exame.

Destaca que a decisão baseou-se unicamente na gravidade em abstrato do delito e na longa pena a cumprir, olvidando-se do histórico prisional do paciente, que é absolutamente favorável à progressão de regime.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja cassado o acórdão estadual, restabelecendo-se a decisão do juízo da execução.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, sobretudo porque, a princípio, o acórdão combatido apresentou fundamentação adequada, conforme se infere dos seguintes excertos:

[...]

Assim, embora a Lei de Execução Penal não exija expressamente a realização de exame mais apurado para análise do pedido de progressão, nada obsta que este seja realizado, em caso de fundada dúvida ou quando as peculiaridades do caso indicarem, como por exemplo, nas hipóteses de reincidentes específicos, crimes hediondos ou crimes com violência e grave ameaça à pessoa, como no presente caso.

Nesse prisma, extrai-se dos autos, que o agravado restou condenado a um total de pena de 20 (vinte)

anos, 03 (três) meses e 13 (treze) dias de reclusão, por ter praticado diversos crimes, como tráfico de drogas, roubo majorado e extorsão qualificada - fls. 10/13.

Tendo-se em vista a reincidência do agravado, a gravidade dos crimes cometidos e ainda a longa pena a ser resgatada, com término previsto somente para março de 2031, entende-se prudente, antes da concessão de regime mais brando, a realização de exame criminológico do sentenciado, de suma importância à individualização da execução pena. [...] e-STJ fl.13.

Nestes termos, não havendo ilegalidade patente e considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência